

O CAMINHO É LONGO E CHEIO DE CURVAS: REGIÃO SERRANA, CICLOS ECONÔMICOS E MUDANÇAS NA PAISAGEM CULTURAL

The path is long and full of curves: Mountain region, Santa Catarina and its surroundings, economic cycles and changes in the cultural landscape

Tayse Borghezan Nicoladelli

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Doutoranda em Ciências Ambientais. Universidade do Extremo Sul Catarinense

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7878-0754>

taysebn@unesc.net

Juliano Bitencourt Campos

Doutor em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma/SC, Brasil. Instituto Terra e Memória (ITM); Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (CGEO), Portugal. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0300-1303>

jbi@unesc.net

Edenir Bagio Perin

Doutor em Geografia. Arqueosul, Arqueologia e Gestão do Patrimônio.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9744-7081>

edenir.perin@outlook.com

Benito Sbruzzi

Formação e Filiação institucional do autor

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0587-2969>

benitosbruzzi@gmail.com

José Gustavo Santos da Silva

Mestre em Ciências Ambientais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma/SC, Brasil. Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (CGEO), Portugal. Bolsista Fapescc (Cp 48/2021)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0578-8266>

gustasantos92@gmail.com

Ricardo Eustáquio Fonseca Filho

Doutor em Evolução Crustal e Recursos Naturais. Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5804-9120>

ricardoefonseca@gmail.com

Jairo José Zocche

Doutor em Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma/SC, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2291-3065>

jjz@unesc.net

RESUMO

O presente artigo se constitui como uma análise das mudanças na paisagem cultural do território de Bom Jardim da Serra, em Santa Catarina e de seu entorno, resultante dos ciclos econômicos, responsáveis pelas transformações socioespaciais. A metodologia exploratória contou com pesquisa bibliográfica, fotográfica e documental. Os resultados demonstraram que a paisagem cultural de Bom Jardim da Serra sofreu alterações pelo ciclo dos tropeiros, da madeira e das atividades agropecuárias recentes, o que resultou em uma paisagem cultural singular, cujo turismo explora seus atrativos e serviços, reconfigurando o cotidiano dos atores sociais.

Palavras-chave: Bom Jardim da Serra; Tropeirismo; Turismo.

ABSTRACT

This article is constituted as an analysis of the landscape of the territory of Bom Jardim da Serra, southern of Brazil and its neighbouring municipalities, resulting from the economic cycles, responsible for socio-spatial transformations. In an exploratory way, the text comes from bibliographic research, photographic collections and other documentary sources. The current landscape of Bom Jardim da Serra is the result of the changes that have occurred with the development of the various economic cycles, which resulted in a unique cultural landscape that currently has the tourism sector as a propeller and this new reality has influenced the configuration of local society.

Keywords: Bom Jardim da Serra; Drover movement; Tourism.

1. INTRODUÇÃO

Realizar a leitura da paisagem é compreender como nos apropriamos do espaço ao longo do tempo e o modo como o modificamos para o desenrolar da vida e da obra de cada um de nós (Dansereau, 2013). O espaço geográfico, compreendido como tudo o que existe na superfície da Terra, é composto por vestígios da história natural e humana (Santos, 1997). Considerada instância da sociedade, junto com os segmentos cultural-ideológico e econômico, possui a capacidade de modificar a paisagem e criar um processo funcional e mutável no espaço e no tempo (Santos, 2006).

A paisagem cultural é compreendida como um conjunto de formas que exprimem as heranças de um dado momento e que também indicam as sucessivas relações entre a sociedade e a natureza, testemunhas do passado no presente (Santos, 1990; 2006). Peluso Júnior (1991a, p. 70) define que a paisagem “[...] será, antes de tudo, a visão de conjunto obtida de inúmeras perspectivas do ambiente físico, vistas através dos interesses humanos”. Tais interesses ditam as práticas que proporcionam a produção capitalista do espaço (Lefévre, 1974), transformando-o por meio de ciclos de produção em mercadoria, que além de consumidas, também condicionam diferentes paisagens geográficas.

Em cada lugar que possui cultura, a sociabilidade, a vizinhança, a solidariedade e a resistência (Santos, 1997), encontramos uma paisagem cultural, a qual advém da relação do ser humano com a natureza, com funções associados a ela, na qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas e atribuem valores (Sauer, 1998). A paisagem cultural é um “[...] documento histórico construído

através do acréscimo de novos elementos ou da modificação dos elementos existentes, numa sobreposição não linear e infinita de manifestações culturais” (Zocche *et al.*, 2014, p. 8). Em resumo, toda paisagem cultural é composta por elementos antrópicos, com a carga simbólica que o ser humano lhe atribuiu (Maximiano, 2004).

As paisagens estão distribuídas, no espaço e no tempo, por vezes sem planejamento, condicionadas pelas relações econômicas, ecológicas e culturais. O espaço, como palco das ações humanas, interfere direta e indiretamente na qualidade da paisagem e nos fatores de identidade territorial (Santos, 1990). O território se materializa pela apropriação do espaço, quando o ator projeta “[...] no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando às condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade” (Raffestin, 2008, p. 26).

O território por ser espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes do capital (Sachet, 2018), pode ser construído e desconstruído nas mais diversas escalas, espaciais e temporais, de modo coletivo e com múltiplas territorialidades ocorrendo ao mesmo tempo (Souza, 2001; Santos, 2006; Raffestin, 2008).

A territorialidade é um conceito dinâmico que abrange as múltiplas dimensões do território (Espíndola, 2012). Formada por “[...] conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (Raffestin, 1993, p. 160), manifesta-se por meio da produção, troca e consumo, estando intrinsecamente relacionada à organização espacial, ao uso da terra e à atribuição de significados aos lugares (Haesbaert, 2007).

Na história ambiental, cujo objetivo é “[...] aprofundar o nosso entendimento de como seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram este e com que resultados” (Funes, 2013, p. 2007), destaca-se que as ações humanas resultam de uma complexa rede de relações, processos e sistemas, aplicados no espaço partir de três dimensões: o mundo biofísico, a atividade socioeconômica e a cultura (Espíndola, 2012; Lopes *et al.*, 2022).

Nesse contexto, a incorporação de elementos simbólicos na configuração do território não apenas influencia sua dinâmica, mas também contribui para a formação de paisagens de poder. Essas paisagens, ao privilegiarem determinadas narrativas, podem restringir interpretações igualitárias do espaço, intensificando vulnerabilidades, ameaças e conflitos identitários (Benício; Moraes, 2023).

O espaço, por ser dinamicamente modificado de acordo com os interesses da sociedade, torna-se reflexo dela (Moreira, 2011). Também, por meio do movimento do espaço, isto é, das suas mudanças, é que podemos criar formas novas ou renovar as antigas, determinando a velocidade das transformações na paisagem e sua qualidade (Santos, 1977). Assim, o espaço impõe a cada coisa um

conjunto particular de territorialidades, uma vez que cada elemento ocupa um dado espaço. Deste modo, a cada ciclo econômico¹ ditado pelos detentores do capital, um novo conjunto de relações é imposto à paisagem (Caillois, 1964 *apud* Santos, 1990).

Os ciclos socioeconômicos nada mais refletem do que a cultura do momento em que ocorrem e revelam o desenrolar de uma teia que tece sistematicamente a paisagem como fruto da cultura (Furtado, 1980). Santos (1977, p. 84), cita que cada sociedade é fundada e sobrevive “sempre sob um invólucro histórico determinado”. A paisagem, fruto da cultura, é composta por um conjunto espacial formado de elementos materiais construídos, associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente ao espaço ao longo dos tempos (Zocche *et al.*, 2014).

Esse conjunto particular de formas do passado, do espaço construído e da paisagem, é chamado por Santos (2006) de rugosidades, arranjos ou formas isoladas que duraram mais do que o processo econômico que os criou, em outras palavras, é o próprio tempo incorporado na paisagem. A relação tempo-espaço-paisagem é o testemunho de um momento, de um modo de produção existente, com manifestações concretas de um momento da sociedade. Quando há mudanças no modo de produção, o novo é resultado da sua adaptação para se determinar (Santos, 1990). Assim, podemos pensar nos ciclos econômicos, que são períodos que ditam as transformações nas paisagens de um determinado lugar, que alteram os modos de vida de uma sociedade e resultam em novas paisagens (Carlos, 2007).

Pensando no território brasileiro, os espaços foram ocupados e explorados sob diferentes formas. Sob os atuais territórios dos estados da região sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), o processo de conquista se estabeleceu por um complexo sistema de combinações, no qual a “[...] configuração do relevo e da rede hidrográfica, a cobertura vegetal foi igualmente relevante no processo de ocupação das vastas extensões do Sul do Brasil” (Pereira, 2011, p. 22). O avanço dos fluxos de povoamento do sudeste para o sul do Brasil, se dará pelas territorialidades compatíveis com os recursos do sistema, como as oportunidades dos campos propícios para a prática pecuarista.

A relação entre a qualidade da paisagem e os aspectos naturais, pode ser compreendida por meio dos processos sociais e pelas dinâmicas encontradas no espaço geográfico (Pereira, 2003). Portanto, cada lugar tem o seu desenvolvimento definido pelas forças provenientes de uma rede complexa de elementos, de ordem natural e humana, fixadas no espaço-paisagem (Cholley, 1964; Pereira, 2003).

O município de Bom Jardim da Serra localiza-se na mesorregião serrana de Santa Catarina. Na região, a presença de uma espécie nativa, denominada de araucária (*Araucaria angustifolia*), foi de

¹ Processo histórico de formação da economia brasileira (Furtado, 1980).

grande importância para os povos indígenas que habitavam o planalto sul brasileiro (Kaingang e os Laklãnõ-Xokleng), pois serviam de base para sua subsistência (Zarth, 2018).

Povos estes, que a partir do contato e do avanço da colonização europeia, em especial portuguesa, e posteriormente a alemã e italiana, sofreram extermínio sucessivo de suas populações, levando a diminuição demográfica e migrações, empurrando-os para áreas não colonizadas, reconfigurando, assim, paisagens da região (Vieira, 2011; Lino, 2015).

De grande importância para a formação das paisagens de Bom Jardim da Serra e região, deve ser considerada, também, a presença de africanos escravizados à força de trabalho nas fazendas dedicadas à pecuária extensiva incluídos no complexo Ciclo dos Tropeiros que contribuiu para integrar as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país (Vicenzi, 2012). Desta forma, Borges (2005, p. 23) salienta que, “[...] apesar de ter estado presente desde o início do processo de povoamento do Planalto Serrano, é notável a ausência do trabalhador negro nos livros que buscam remontar a história da região”. O serrano² tem, como tantos outros brasileiros, ascendência indígena e negra, todavia, pouco percebida nos registros disponíveis.

Para entender os processos que condicionam as transformações da paisagem do município de Bom Jardim da Serra e entorno, torna-se significativo compreender modificações concretas promovidas pela sociedade, principalmente pelos seus ciclos econômicos que ocorrem desde os tempos em que o município pertencia a São Joaquim. Sua emancipação aconteceu em 1967 (Nunes, 2001) e conforme relata Bianchini (1986, p. 20), “[...] por esta época já era Lages, uma localidade regularmente desenvolvida e o seu município abrangia as terras circunvizinhas, compreendendo as áreas que formam atualmente os municípios de São Joaquim, Urubici e Bom Jardim da Serra”. Os registros que fazem referência ao povoado denominado Fazenda Pelotas são dos anos de 1868 e 1869, cujos primeiros colonizadores derivam-se de fluxos migratórios do Rio Grande do Sul e do litoral catarinense.

Observa-se que a atual paisagem de Bom Jardim da Serra é fruto de alterações ocorridas ao longo de sua história, com o estabelecimento dos diversos ciclos econômicos, que resultaram na singularidade de sua paisagem.

Neste sentido, a pesquisa buscou identificar em fontes documentais e fotográficas, a materialidade na paisagem da região de Bom Jardim da Serra, para auxiliar na identificação dos ciclos econômicos que determinaram os processos de transformação socioespacial da região serrana e a compreensão dos modos de vida de sua gente.

² Serrano é uma mescla de portugueses do continente e açorianos, africanos e povos originários, mais especificamente Kaingang e Xokleng. Evidente que ocorreu uma intensa miscigenação dando origem a grande parte da população, todavia muitas famílias têm origem apenas lusitana ou miscigenando séculos depois com outras etnias europeias, mais precisamente alemã e italiana (Córdova; Santos, 2023).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa parte da categoria de análise geográfica da paisagem. Segundo Ortigoza (2012, p. 51), “a compreensão da paisagem sempre representou para os geógrafos um caminho importante para o entendimento do movimento do tempo impresso no espaço geográfico”. Pelo exposto, a materialidade na paisagem auxilia no processo de identificação dos ciclos econômicos que determinaram o mecanismo de transformação socioespacial nos Campos de Lages e na compreensão dos modos de vida da atual sociedade local.

Os resultados das relações econômicas-sociais com a paisagem são apresentados na forma de ciclos econômicos que ocasionaram transformações socioespaciais no município de Bom Jardim da Serra e entorno (Furtado, 1980). Para isso, utilizou o método da análise da paisagem por meio de fotografias. Desta forma, para o desenvolvimento da pesquisa, buscamos analisar e identificar fotografias da paisagem da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, do Acervo Público do Estado de Santa Catarina e do Museu Histórico de São Joaquim, além dos registros *in loco* pelos autores, com ênfase nos ciclos econômicos do município.

A pesquisa trabalha com descrições, comparações e interpretações da paisagem e se caracteriza por ser explicativa, pois, fornece explicações fundamentadas em determinados fenômenos sociais e econômicos que ocorreram e ocorrem em determinado território (Gil, 2017), no presente caso, do município de Bom Jardim da Serra e seu entorno.

Para construção do referencial teórico sobre ciclos econômicos e os vestígios na paisagem, utilizou-se de pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações e artigos científicos) e documental (reportagens, documentos oficiais, relatórios de pesquisa e imagens) (Bardin, 1977).

Os dados documentais são oriundos de órgãos governamentais e institucionais de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio). Outros dados analisados foram obtidos no relatório do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - Cadernos de Desenvolvimento: Bom Jardim da Serra de 2019, contribuindo assim para o estudo, enquanto apresentam dados estatísticos e documentais recentes.

3. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Bom Jardim da Serra, inserido na região intermediária e imediata de Lages, possui uma extensão territorial de 938,51 km² e faz divisa com os municípios de São Joaquim, Urubici, Orleans, Lauro Müller, Treviso e Siderópolis, no estado de Santa Catarina (SC) e com o município de São José dos Ausentes, no estado do Rio Grande do Sul (RS) (Figura 1). As vias de

acessos ao município se dão por rodovias estaduais e municipais (SC 390, SC 430 e BJ 050), porém, o município está geograficamente afastado de outros centros urbanos mais expressivos do Estado, tais como a capital Florianópolis (216 Km) e Criciúma (70 Km). A SC 390, por sua vez, secciona as escarpas da Serra Geral, acidente topográfico que marca o contato do litoral sul catarinense com o planalto serrano.

Encontra-se situado em uma altitude média de 1.178 m, estando sob o domínio de clima subtropical do tipo Cfb (mesotérmico úmido) segundo a classificação de Köppen-Geiger (Alvares et al., 2014). A temperatura média anual da região é de 18,9 °C. O índice pluviométrico é de 1800-2000 mm anuais e no município, assim como nos municípios vizinhos, ocorre o fenômeno da neve durante os meses de inverno e presença de geadas ao longo de todo ano (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, 2001).

Esta característica climática é propícia para formação das áreas de matas com araucárias, cuja ocorrência é bem delimitada pelo clima temperado, com alto índice de chuvas e com geadas frequentes (Klein, 1960; Pulchalski *et al.*, 2006).

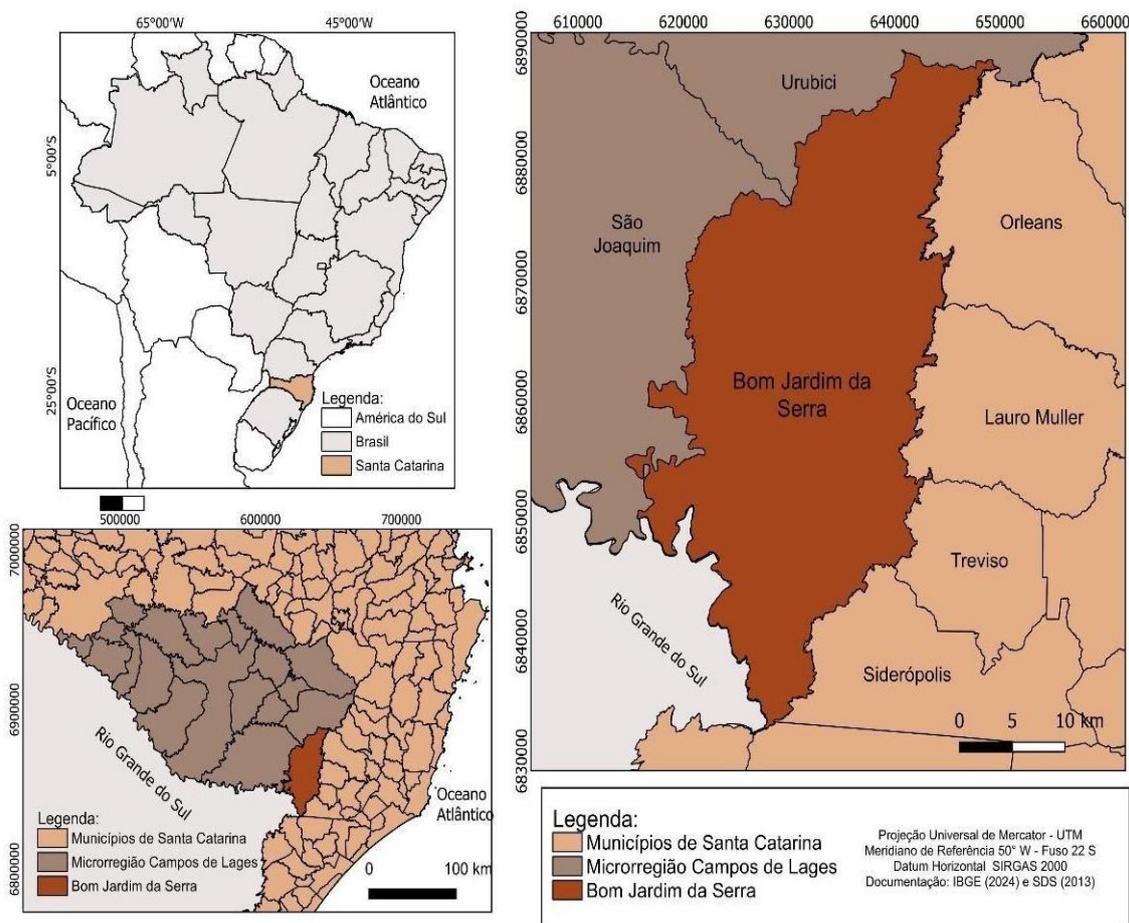


Figura 1 – Localização geográfica do município de Bom Jardim da Serra–SC.

Fonte: Autores (2025).

Sua geologia é fruto do magmatismo da Formação Serra Geral, que recobre as camadas sedimentares da Bacia do Paraná em grande parte do Planalto Catarinense. Na região, tem-se a escarpa do planalto modelado nos derrames de rochas efusivas e nas camadas de rochas sedimentares da Bacia Sedimentar do Paraná (Luiz, 2016, p. 103).

Com relação aos aspectos fisiográficos, o município intitula-se como “Capital das Águas”, por conter no seu território uma extensa rede hidrográfica (Nicoladelli, 2018). Os rios que deságuam na vertente do interior compõem a bacia do rio Uruguai, Região Hidrográfica conhecida como Planalto de Lages, enquanto os rios que deságuam na vertente do Atlântico integram as Regiões Hidrográficas, Sul Catarinense e do Extremo Sul (Antunes; Constante, 2016).

Sua paisagem é composta por superfícies de relevo ondulado e forte-ondulado, com solos rasos e pobres em nutrientes (Potter *et al.*, 2004). A combinação entre sua geologia, geomorfologia, pedologia e clima forma amplas áreas de floresta com araucária (Floresta Ombrófila Mista) e campos com capões, matas ciliares e bosques de pinheiros (Klein, 1960; Santa Catarina, 2016; Autora, 2018).

A população do município é de 4.026 habitantes, cuja estrutura etária é composta por 2.055 homens e 1.971 mulheres (IBGE, 2022). Quando comparado ao Censo de 2010, perdeu 8,4% de sua população. Considerando sua área de 468 Km² tem-se, assim, 4,29 habitantes por km², considerada uma baixa densidade demográfica.

As atividades econômicas do setor primário, são principalmente o cultivo da maçã e a bovinocultura, distribuídas nos 669 estabelecimentos agropecuários e envolvendo cerca de 2.026 pessoas (IBGE, 2017).

No ano de 2021, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, foram gerados 207 empregos no setor agropecuário, 15 na indústria/construção e 259 empregos no setor de comércio e serviços (MTE, 2024). O setor agropecuário é o que gera maior agregação de valor à economia e o setor de comércio e serviços, o maior em geração de empregos.

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2021, 750 pessoas possuíam vínculos empregatícios alocados nos setores da administração pública, agropecuária e serviços. A maior empregabilidade se dá no cultivo de árvores frutíferas, serviços de limpeza, conservação de áreas públicas, docência, e serviços turísticos tais como camareiras de meios de hospedagem e cozinheiras (*Op. cit.*). Em 2021, a distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia do município foi em sua maioria para a agropecuária, seguido pela indústria e serviços (Tabela 1).

Tabela 1: Participação, por setor econômico de Bom Jardim da Serra.

Setor Econômico	Participação	
	VAB (R\$)	VAB (%)
Agropecuária	159.136,02	43,58
Indústria	117.381,18	32,14
Comércio e Serviços	88.661,55	24,28
Total	365.178,77	100

Legenda: VAB = Valor Adicionado Bruto.

Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

Com relação aos dados sociais divulgados pelo SEBRAE (2019), cerca de 86,72% dos moradores possuíam renda mensal de até 2 salários-mínimos. O município apresentou Índice de Gini (que demonstra a desigualdade) de 0,58, na posição 67º no estado; por sua vez o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (que demonstra o desenvolvimento por meio de indicadores socioeconômicos como renda, saúde e educação) é de 0,696, considerado baixo (IBGE, 2010).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Os ciclos econômicos de Bom Jardim da Serra e seu entorno e as mudanças nas paisagens

Pensando no território da antiga Pindorama, uma escala de maior abrangência, considera-se que toda sua ocupação após a colonização europeia acelerou mudanças espaciais – haja vista o modo de produção comunitário primitivo dos povos tradicionais que aqui já habitavam ter uma relação mais harmoniosa com a natureza. A busca de riquezas naturais para acúmulo, neste sistema, se deu a partir das atividades primárias (extrativismo e monocultura) desenvolvidas pelos colonizadores que influenciaram as transformações espaciais do Brasil (Furtado, 1980).

O então território do Brasil colonizado passou a integrar rotas comerciais, com a exploração de uma variedade de gêneros de valor econômico (Prado Junior, 1988). Neste bojo, o processo colonial tinha o objetivo de garantir a posse das terras até então habitadas por indígenas que ocupavam o Brasil e se reconheciam por etnias (Piazza; Hübener, 1983). O Brasil, naquela época, “se constituiu como parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais aplicados permitiram o fluxo de bens destinados ao mercado europeu” (Furtado, 1980, p. 8).

Os espaços correspondentes ao território brasileiro foram ocupados e explorados de diferentes formas, em razão de características naturais e culturais diferenciadas que permitiam a produção de um produto ou outro. Assim, mais ao sul do Brasil, o processo de conquista se estabeleceu por um complexo sistema, definido pela combinação de relevo, hidrografia e vegetação, e o povoamento se fez “[...] através das manchas de campos, que a partir de São Paulo, [serviram] de ponto de parada para descanso e alimentação do gado dos tropeiros”, como afirma Pereira (2011, p. 22).

As etapas de produção do espaço foram configuradas por um sistema de ocupação no litoral, com uso do solo por práticas agrícolas primitivas, quase de subsistência, e no planalto, com a criação extensiva de bovinos nos campos naturais (Mamigonian, 1966). Desta forma, a ocupação do território do atual município de Bom Jardim da Serra e de seu entorno imediato, no início do século XVIII, ocorreu em função do movimento de pessoas que viajavam do Sul do país para a região da antiga Vila de São Vicente (hoje São Paulo), motivados pela busca de mercadorias inexistentes em seus locais de origem.

Vicenzi (2012, p. 58) aponta a importância das rotas entre São Paulo e Rio Grande do Sul como condicionantes para a formação da atual região do Planalto Catarinense, quando menciona que a “[...] Estrada dos Conventos ou Caminho de Souza Farias seguindo em direção a Sorocaba, foi responsável pela inserção dos campos de Lages”. Essa estrada tornou-se eixo norteador de ocupação e de trânsito de animais e pessoas, favorecendo a criação da Vila de Lages no século XVIII.

A atual Lages, de acordo com Peluso Júnior (1991b, p. 40), foi elevada à categoria de cidade em 22 de novembro de 1766, com ordem de fundar uma vila, “[...] levantou seus alicerces Antônio Correia Pinto de Macedo, a quem D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão Morgado de Mateus, Governador da Capitania de São Paulo, concedera a patente de Capitão-mor-regente do Sertão de Curitiba”.

Os diversos elementos formadores da cidade de Lages proporcionaram o surgimento dos primeiros pequenos núcleos de povoamento em seu entorno. No entanto, algumas vilas e comunidades foram adquirindo autonomia e buscando sua emancipação, na medida que suas atividades econômicas se tornavam elementos importantes no cenário regional e estadual (Vicenzi, 2012).

A região do atual município de Bom Jardim da Serra foi povoada no século XVIII por famílias que ocupavam grandes fazendas, como: as Tijucas, Nossa Senhora do Socorro (Figura 2), Pelotas e Santa Bárbara, que se delimitavam entre si. Mais tarde, outras famílias do Rio Grande do Sul também se fixaram na região e outras advieram do litoral catarinense, contribuindo significativamente para a formação socioespacial da região, tendo sido os responsáveis por abrirem as primeiras picadas na serra (Carvalho; Gamba Filho, 1992; Brognoli, 2024).

Os trabalhadores, com tropas de cavalos e mulas, efetuavam trocas de mercadorias entre o litoral e planalto, movimentando as localidades ao longo dos trajetos que desciam as escarpas da serra. Nesse contexto, Bom Jardim da Serra surgiu a partir de elementos condicionantes de acesso entre litoral e planalto.

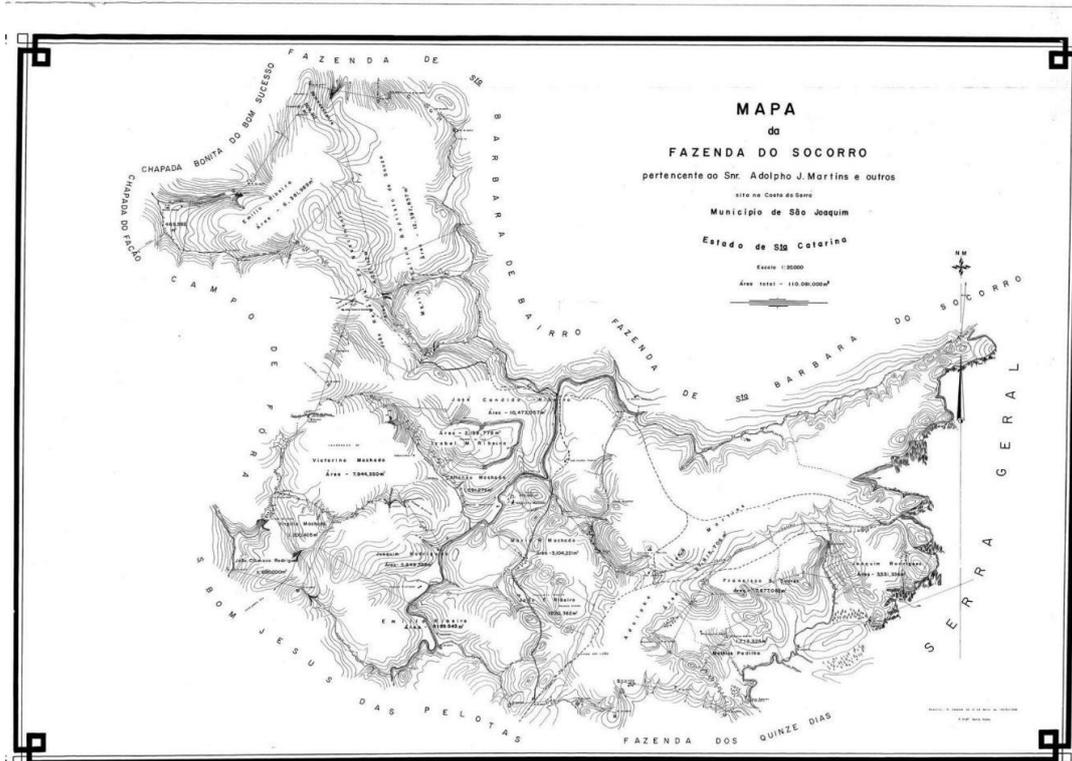


Figura 2 – Mapa da Fazenda do Socorro/SC (Emilio Gallois, 1909).
Fonte: Autores (2025).

A região também passou a receber moradores, pelo fato de ser uma das rotas do tropeirismo (Justi, 2007). Na Figura 3, observam-se os muros de taipas³ construídos para auxiliar no cercamento das tropas e para a delimitação das propriedades na região da Fazenda Santa Bárbara. Na paisagem, evidencia-se a materialização de elementos condicionantes que contribuíram para práticas econômicas realizadas pelos tropeiros nos tempos em que a região pertencia à Vila de Lages, nos idos dos anos de 1765.

As atividades vinculadas às fazendas e a expansão das atividades exercidas pelos tropeiros, se caracterizaram como sendo o Primeiro Ciclo Econômico da região serrana. Na região dos Campos de Lages, ainda podem ser encontradas as ruínas de corredores de taipa, por onde os rebanhos eram conduzidos e, as sedes de fazendas históricas, que funcionavam quase como pequenos feudos, unidades autônomas de produção (Herberts, 2009; Perin, 2011; Santos, 2015).

³ Além das terras altas, existem fragmentos de muros construídos com taipas de junta seca na fachada atlântica catarinense, junto às escarpas da Serra Geral, conforme descrito pel Autora *et al.* (2023), demonstrando a ampla distribuição destas estruturas muradas, nesta região de Santa Catarina.



Figura 3 – Taipas na região da Fazenda Santa Bárbara no município de Bom Jardim da Serra/SC.
Fonte: Autores (2025).

A região teve toda sua ocupação destinada para ser “rota de ligação” entre São Paulo e as campanhas gaúchas, em função dos campos propícios para a pecuária (Peluso Junior, 1991b). Mais tarde, quando ocorreu a formação das grandes propriedades atreladas à criação extensiva de gado no planalto, o povoamento efetivo da região foi assegurado, condicionando, na sequência, auxílio na exploração e desenvolvimento de outras atividades econômicas (Pereira, 2011).

Bastos (2011) afirma que esse Primeiro Ciclo Econômico da região aconteceu em meados do século XVIII e início do século XX e que, “[...] foi condicionado pelas extensas manchas de Campos, relevo homogêneo e uma estrutura fundiária formada por grandes fazendas”. O predomínio de fazendas e de atividades primárias em propriedades médias e grandes justifica-se pelo que Goularti Filho (2007, p. 204) reforça: “[...] em resumo, na região serrana o capital mercantil não se metamorfoseou para o industrial”.



Figura 4 – Foto de São Joaquim em meados do século XX, com destaque ao fundo para os campos e, no centro, na parte frontal da imagem, para o pátio e depósito ao ar livre de madeiras beneficiadas de uma madeireira.
Fonte: Acervo Público do Estado de Santa Catarina (2024).

Ehlke (1973, p. 187) destaca que, “desaparecido o tropeirismo, comerciantes, fazendeiros e tropeiros passariam a dedicar-se a outras atividades, pois o desânimo, apoderando-se de uns e outros, fez com que os campos, paulatinamente, principiassem a ficar despovoados”. A partir disso, ocorreu o desenvolvimento de atividades extrativistas como a exploração da madeira e da erva-mate (Ehlke, 1973), caracterizando o surgimento do Segundo Ciclo Econômico, o Ciclo da Madeira na metade do século XX.

Na Figura 4, identifica-se na paisagem do município de São Joaquim elementos que caracterizam o Ciclo da Madeira, como um pátio de uma madeireira com galpões de beneficiamento e depósito de tábuas/pranchas empilhadas (no segundo plano) e as áreas de pastagens (ao fundo), destinadas à pecuária que fomentou a região desde o Império.

Os serranos foram responsáveis pela abertura das primeiras clareiras em meio à mata fechada na Serra Geral, alargando as vias e

iniciando os processos de ocupação das terras. A estrada da Serra do Rio do Rastro, hoje um reconhecido atrativo turístico da região (Figura 5), representa e materializa o ciclo econômico do tropeirismo, assim como, do ciclo subsequente, o Ciclo da Madeira.



Figura 5 – Foto da paisagem natural (serra) e humana (rodovia SC – 390 em curvas de nível) da Serra do Rio do Rastro, localizada nas Escarpas da Serra Geral, entre os municípios de Bom Jardim da Serra e Lauro Muller/SC.
Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra (2022).

A história mais recente de Bom Jardim da Serra, acontece em paralelo à da estrada da Serra do Rio do Rastro, que teve sua implantação entre 1950 e 1955 (Figura 6) e iniciou a abertura para o tráfego de veículos de pequeno porte, utilizando os caminhos dos tropeiros (Carvalho; Gamba Filho, 1992, p. 22). Nessa época, o segundo ciclo econômico se consolidará por volta de 1948, tendo seu apogeu na década de 1960 (Thome, 1995).

Este ciclo trouxe, a partir de 1949, madeireiras e serrarias oriundas principalmente do Rio Grande do Sul, atraídas pelas vantagens da produção próxima à mata de araucárias (Carvalho; Gamba Filho, 1992). As madeireiras, de pequeno a grande porte, também foram responsáveis pela abertura das diversas estradas do Planalto Catarinense.

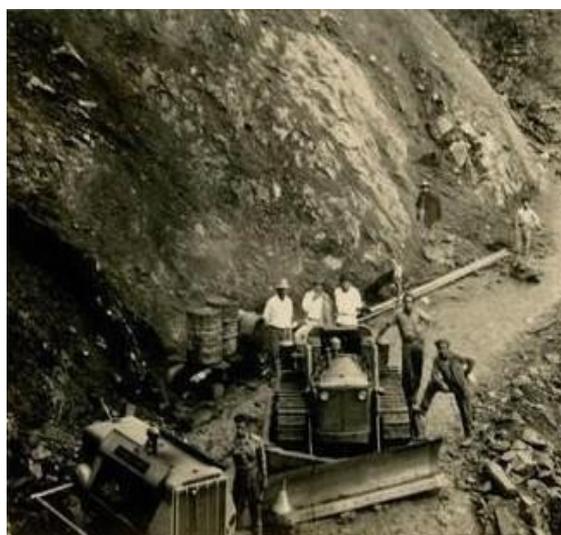


Figura 6 – Foto da abertura da estrada da Serra do Rio do Rastro (SC-390) na década de 1950, que interliga os municípios de Bom Jardim da Serra e Lauro Muller.
Fonte: Acervo Público do Estado de Santa Catarina (2024).

Com a instalação das madeireiras e serrarias houve, então, a necessidade da instalação do Cabo Aéreo da Madeireira Gaúcha S.A. no município de Lauro Müller, próximo da região da atual estrada da Serra do Rio do Rastro. Este cabo de aço, roldanas, balancim e três freios (Carvalho; Gamba Filho, 1992) “[...] possuía 300 metros de extensão, o qual operava em uma velocidade de 150 km/h, fazendo todo o trajeto em dois minutos e em funcionamento 10 horas diárias” (Fontanella, 2022, p. 53), transportando produtos madeireiros.

Na figura 7A, observa-se na paisagem os elementos que contribuíram para a materialização deste ciclo econômico, o “Cabo Aéreo”, que por cerca de duas décadas auxiliou no escoamento dos produtos madeireiros e que atualmente se configura como um produto turístico ofertado por Agências e Guias de Turismo⁷.

Observa-se ainda na figura 7B, uma modificação nos elementos constituintes das paisagens na região. Em substituição às linhas utilizadas no cabo aéreo para o fortalecimento do ciclo da madeira, agora toma lugar as linhas de transmissão de energia elétrica. Estes elementos configuram-se como detratores da paisagem local em meio a áreas naturais, principalmente quando se leva em consideração o uso atual para o turismo (Leiria; Silva; Ladwig, 2023).

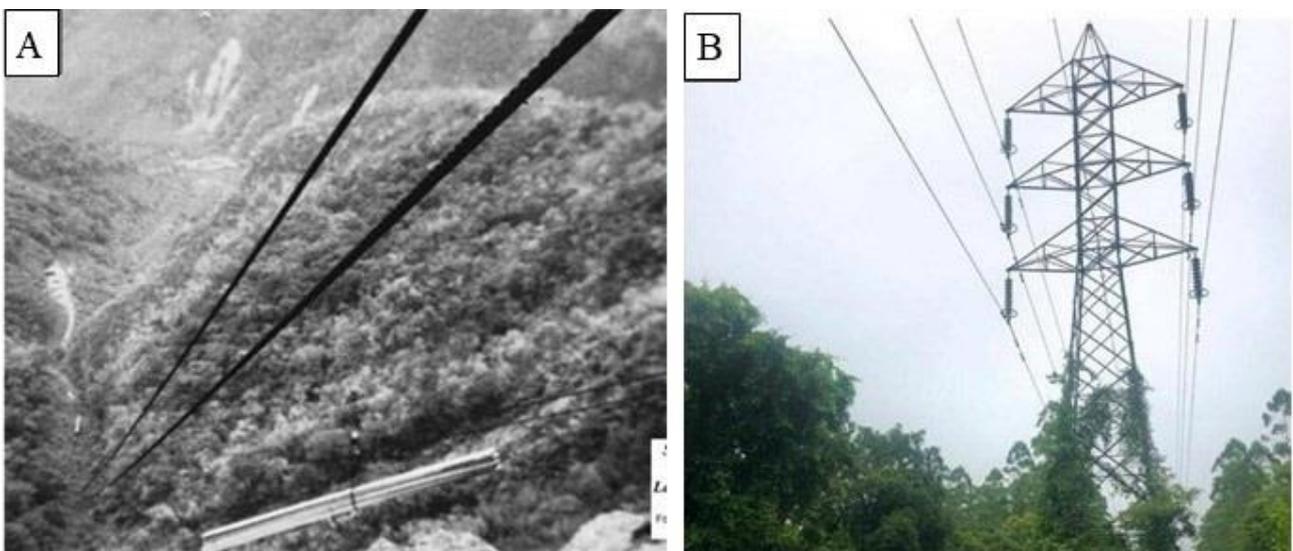


Figura 7 – Foto do Cabo Aéreo entre os municípios de Bom Jardim da Serra e Lauro Muller/SC, 1934.

Fonte: Varlei Mariot (2024) e Autora (2024).

Em Lages e arredores, a extração de araucária foi predatória, econômica e ambiental, esgotando as reservas e culminando na crise econômica vinculada ainda à atuação de órgãos públicos de fiscalização ambiental (Goularti Filho, 2001; Carvalho, 2010).

Segundo Cazella e Búrigo (2008, p. 10), “a crise da indústria madeireira de base extrativista e de seus derivados, nas décadas de 1970 e 1980, forjou o surgimento dos ramos de papel e de celulose, que se constituem num dos segmentos industriais mais competitivos do Estado”. As atividades ligadas

ao setor madeireiro também foram auxiliadas pelos incentivos públicos, para implantação da silvicultura, e assim, novas plantações comerciais de *Pinus spp.* foram surgindo (Leão, 2001).

Após o Ciclo da Madeira, com a exaustão das reservas legais de araucárias e falta de financiamento do governo, se sucedeu um efeito dominó de falências e por sua vez fechamentos de um grande número de madeireiras e serrarias na região do planalto catarinense em meados da década de 1960 (Bastos, 2011, Moretto; Nodari, 2011). Apesar do enriquecimento de madeireiros no respectivo ciclo, socioambientalmente não houve contrapartida, conforme relato de Carvalho e Gamba Filho (1992, p. 74): “[...] os madeireiros pouco investiam na região, deixando para trás um rastro de destruição da natureza, gerando desemprego em massa e causando graves problemas [...]”.

A agropecuária, em substituição ao Ciclo da Madeira, surge, neste contexto, como Terceiro Ciclo Econômico devido às características físicas e climáticas da região e aos incentivos governamentais. No caso da produção de maçã, os cultivos de pomares foram impulsionados, segundo Comunello (2014, p. 197), a partir da instalação da “[...] Unidade de Pesquisa Aplicada em Fruticultura, em uma gleba de terra cedida por meio da Lei Municipal n.º 661, de 10 de fevereiro de 1969”, ao órgão que se tornaria a EPAGRI em 1973. Na época, com a Estação Experimental de São Joaquim, houve ampliação das pesquisas deste cultivo, estabelecendo um programa de melhoramento genético das macieiras (Gomes; Stédile Neto, 2016).

Eis que em 1978, como de praxe nas culturas rurais, é realizado um festejo relacionado à safra, neste caso em São Joaquim, a Festa Nacional da Maçã (Figuras 8 A e B). Este evento tradicional evidencia a prática econômica da região por meio de exposições, shows e rodada de negócios, que reafirmam o segmento do cultivo regional da maçã e que tem sua origem ligada à Exposição Agropecuária de São Joaquim de 1952.

Em 1989, a produção comercial de maçã, conhecida como pomicultura, consolidava-se no Brasil com uma safra de quase trezentas mil toneladas, ocorrida nos municípios de Fraiburgo e São Joaquim (Klanovicz, 2010).

Os pomares são elementos marcantes na paisagem da região serrana, “[...] a maçã está presente no vestuário, nas festas típicas, na arquitetura ou ainda na toponímia, excedendo assim, a realidade dos produtores — o que aproxima, envolve e estabelece vínculos entre as comunidades do entorno das paisagens transformadas” (Klanovicz, 2007, p. 44).

Além da comercialização de frutas, serviços ligados ao turismo, como o “Colha e Pague”, são adicionados à oferta turística. Segundo De Martin *et al.* (2019, p. 13), “a maçã fortalece também o turismo na região, não apenas pela comercialização de frutas e produtos derivados, mas também, pela realização de eventos como a Festa Nacional da Maçã”, além das oportunidades, envolvendo o

beneficiamento da maçã, com visitas às instalações na sede da cooperativa Sanjo⁸, para os visitantes conhecerem todo o processamento da maçã.

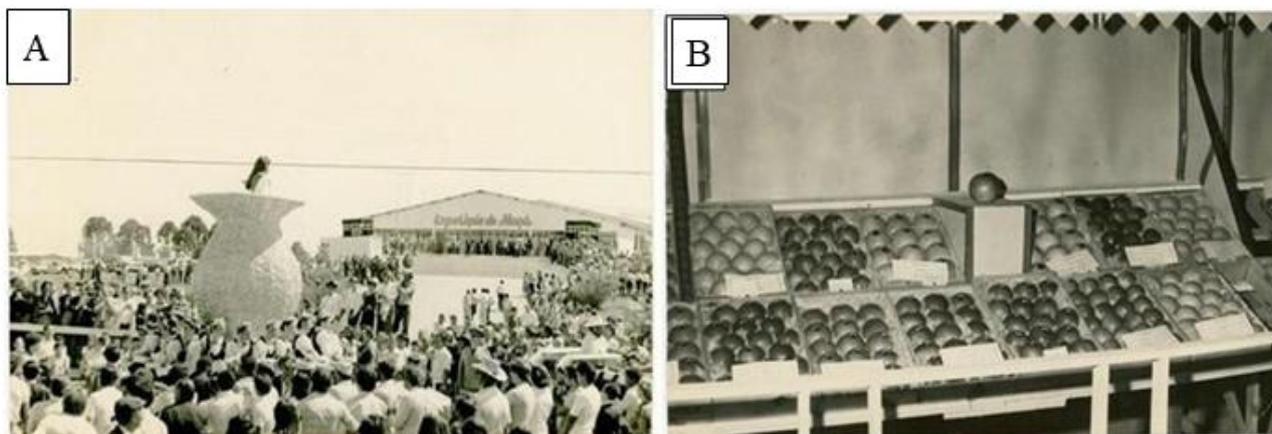


Figura 8 – A, Foto da Festa Nacional da Maçã de São Joaquim/SC, onde se observa o público presente e o pavilhão de exposição ao fundo. B, Foto de *Stand* de exposição de maçãs na Festa Nacional da Maçã de São Joaquim/SC.

Fonte: Acervo Público do Estado de Santa Catarina (2024).

Quase 2/3 dos estabelecimentos agropecuários do município de Bom Jardim da Serra estão enquadrados na categoria de Agricultura Familiar e os cultivos de batata, cebola, feijão, maçã e milho tornam-se atividades rentáveis para as pequenas e médias propriedades (IBGE, 2017). Por conta do crescimento do segmento entre as décadas de 1950 e 1990, a região recebeu grandes investimentos, especialmente a partir da década de 1970, com a criação do Projeto de Fruticultura (Profit) da EPAGRI. Na Figura 9, por exemplo, semáforos e ruas pavimentadas na cidade de São Joaquim indicam os períodos prósperos provenientes da introdução dos pomares e do estabelecimento da colônia japonesa, que renderam à região de São Joaquim o título de Capital Nacional da Maçã, pela lei n.º 13.790 (Brasil, 2019).

Bom Jardim da Serra, objeto deste estudo, recebe autonomia política pela Lei n.º 1052 (Santa Catarina, 1967) e sua relação com São Joaquim passa ser de dependência de serviços técnicos ligados a fruticultura, já que a EPAGRI possuía sua sede no município vizinho e todo o setor bancário estava centralizado em São Joaquim. A formação de um Complexo Agroindustrial no Setor Macieiro nos municípios de São Joaquim e Fraiburgo criou uma rede interdependente entre produtores e empresas de beneficiamento existentes na região serrana (Schmidt, 1990).



Figura 8 – Foto da Rua Manoel Joaquim Pinto no município de São Joaquim na década de 1970.
Fonte: Museu Histórico Municipal de São Joaquim (2024).

A pecuária que sempre teve atuação desde os primórdios do tropeirismo na região, permanece como uma das atividades econômicas na região e no município de Bom Jardim da Serra, ocupando 63% do seu território (IBGE, 2017), quase metade dos estabelecimentos agropecuários estão ligados a pecuária e destes, cerca de 2/3 são de gado de corte (*Op. cit.*). Assim, a pecuária faz parte do sustento de uma parcela significativa dos habitantes de Bom Jardim da Serra, associando aos produtos agropecuários a oferta de vivências rurais, como o turismo de experiência⁹ e o turismo rural¹⁰.

Na Figura 10, identifica-se um grupo de turistas praticante de cavalgadas, atividade que utiliza as estradas rurais desde a época dos primeiros tropeiros e suas fazendas centenárias, para visitação, paradas para descanso e hospedagem.



Figura 8 – Foto de cavalgada em fazenda na área rural de Bom Jardim da Serra/SC.
Fonte: Fonte: Autora (2023).

Associados ao atual ciclo econômico, composto por atividades primárias (extrativismo, agricultura e pecuária), os serviços turísticos ofertados começaram a despontar, a partir da década de 1980. Surge, assim, o terceiro e atual ciclo econômico da região serrana. A finalização da pavimentação da estrada da Serra do Rio do Rastro, em 1984, colaborou constantemente para o fluxo de pessoas, possibilitando que visitantes pudessem acessar a região em busca de atividades recreativas, ecoturismo e turismo rural (Carvalho; Gamba Filho, 1992).

Além dos segmentos citados, o turismo de negócios e eventos também se destaca, como a Festa da Maçã em São Joaquim, a Festa do Pinhão em Lages e o Rodeio Crioulo no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) - Presilha da Serra (Figura 11), que ocorre em Bom Jardim da Serra desde a década de 1980, unindo o primeiro ciclo (pecuária) ao atual, pela cultura do tropeirismo.



Figura 8 – Foto do Centro de Tradições Gaúchas Presilha da Serra.
Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC (2022).

Observa-se ainda outros elementos que atendem à demanda turística no município e região, em meio a acidentes geográficos ímpares, como os cânions, que permitem visitação para contemplação. A exemplo do Mirante da Serra do Rio do Rastro (Figura 12), que se tornou ponto de parada de visitantes desde a década de 1990, após enfrentar a subida da estrada de inúmeras curvas e elevada altimetria.

Tem-se, próximo da Serra do Rio do Rastro, com seus contornos sinuosos, altitudes elevadas e cânions, a presença de *resorts*, hotéis, restaurantes e condomínios residenciais fechados.



Figura 8 – Foto do Mirante da Serra do Rio do Rastro, Bom Jardim da Serra/SC.
Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra (2022).

Por conter um clima com ocorrências de temperaturas negativas e registros de queda de neve durante os meses de inverno, o turismo relacionado ao clima atrai turistas, fomentando a economia local (Nicoladelli, 2018). Os caminhos que auxiliavam no passado os tropeiros, hoje, são marcados pela presença de restaurantes e pousadas rurais, que atendem à crescente demanda turística.

Na região serrana, dos sete produtos com Indicação Geográfica (IG) de Santa Catarina, quatro estão no município de Bom Jardim da Serra e seu entorno, Vinhos de Altitude, Queijo Artesanal Serrano, Melato da Bracatinga e a Maçã Fuji da Região de São Joaquim (EPAGRI, 2023). A relação entre a IG e o turismo, pode ser compreendida pelo valor e identidade à região e às marcas quando adquirem essa certificação, associando o conceito de lugar à região, referência na produção e comercialização de produtos únicos.

Além dos segmentos turísticos citados, há também o Ecoturismo e o Turismo de Aventura, por meio de passeios nos espaços natural e rural, na forma de atividades como: cavalgadas, passeios *off-road*, trilhas, somando ao turismo rural por meio de vivências do dia a dia camponês.

Outro aspecto relevante é que Bom Jardim é considerado um município turístico na categoria C (Ministério do Turismo - MTur, 2024), apresentando infraestrutura e serviços turísticos, com potencial para maior desenvolvimento no território. Por fim, na instância de governança estadual, ações recentes do Governo indicam os incentivos e projeções: revitalização do Mirante da Serra do Rio do Rastro (2018); as contenções em concreto instaladas na estrada da Serra do Rio do Rastro (2021); construção de ciclovia ligando a cidade de Bom Jardim da Serra até o Mirante da Serra do Rio do Rastro (2024); campanhas publicitárias por meio do programa “Estação Inverno” (2023 e 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As variáveis que condicionam as transformações nas paisagens estão correlacionadas aos modos como a sociedade gerencia seus recursos. Na história ambiental do município de Bom Jardim da Serra, existe uma sobreposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção sobre um “território espacial”.

Essa relação é evidenciada pela transição de um território originalmente ocupado por populações indígenas e posteriormente transformado pela pecuária extensiva, pela exploração madeireira e, mais recentemente, pelo turismo. Esse processo evidencia como as decisões humanas, influenciadas por fatores políticos e econômicos, moldam a paisagem ao longo do tempo, deixando marcas que revelam a historicidade do espaço e sua contínua transformação.

Ao longo das décadas, o município de Bom Jardim da Serra e seu entorno imediato – a Região Serrana – foram moldados e transformados conforme o desenrolar de seus ciclos econômicos, e a paisagem acabou por fundir suas características físicas com seu tempo histórico, caracterizando-se como uma legítima paisagem cultural. A materialidade desses ciclos econômicos – impulsionados pela pecuária extensiva, pela exploração madeireira e pela expansão agropecuária – reforça uma identidade territorial, ao mesmo tempo, em que evidencia os impactos socioambientais gerados por essas atividades.

O desmatamento resultante da extração de madeira, a degradação dos campos nativos pelo sobrepastoreio e a conversão de áreas naturais em monoculturas afetam diretamente a biodiversidade, a qualidade dos recursos hídricos e o equilíbrio ecológico dos campos de cima da Serra. Além disso, esses processos imprimem uma ameaça visível à manutenção da paisagem cultural, diante da velocidade das transformações impostas por cada novo ciclo econômico, comprometendo não apenas o patrimônio natural e histórico, mas também a sustentabilidade dos modos de vida.

Não é descartável que ocorra a extinção de elementos que caracterizam uma dada paisagem cultural presente e singular da Região Serrana, com a inserção de novos ciclos econômicos, caso não se organizem políticas públicas e ações de preservação daquela paisagem cultural, surgindo aí uma nova paisagem, resultante das ações humanas. Assim como já existe um desaparecimento dos Campos de Cima da Serra e da Floresta com Araucária, que vêm sendo substituídos por agroecossistemas, também poderá ocorrer o desaparecimento da paisagem cultural atualmente existente, em virtude de novas construções e ações da sociedade atual.

No caso de Bom Jardim da Serra, pode-se afirmar que a paisagem cultural ainda está preservada e que os ciclos econômicos do passado e do presente ainda estão materializados na paisagem. Ou seja, a realidade atual está conectada com os fatos do passado e das atividades econômicas desenvolvidas em seu território.

Pelo fato de o município estar conectado com os municípios circunvizinhos natural e socioeconomicamente, e por ser um local de passagem, as transformações socioespaciais ocorrem em ritmos lentos. A ideia de que é necessário passar por Bom Jardim da Serra para seguir adiante, parece mesmo, a sua síntese. Ainda na atualidade, certos bens e serviços são encontrados apenas nos municípios vizinhos do planalto e do litoral. Como serviços e profissionais da área da saúde e educação superior (UTI, Maternidade, Universidade) e mesmo para adquirir materiais utilizados na produção, é necessário recorrer às cidades de Lages e Criciúma.

Portanto, o que os dados nos mostram é que a organização das atividades produtivas, ao longo da história de Bom Jardim da Serra, não integrou a população aos mecanismos de produção, que sempre teve demandas muito pontuais e direcionadas a setores muito específicos, ditados pelo capital e pelos projetos governamentais do momento. Por outro lado, a implementação de um novo ciclo econômico, baseado no turismo, que tem a paisagem, o patrimônio cultural material e imaterial como produto, se desenvolverá conforme os interesses e as demandas dos agentes que habitam e vivem diariamente a paisagem regional, nas curvas deste longo caminho até Bom Jardim da Serra.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos concedida a primeira autora. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela bolsa de produtividade em pesquisa do segundo autor (Processo 312543/2022-0). Também à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, pela concessão da bolsa de estudos do quinto autor (CP – 48/2021).

REFERÊNCIAS

ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; DE MORAES GONÇALVES, J. L.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. *Meteorologische Zeitschrift*, Berlin, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2014.

ANTUNES, R. B.; CONSTANTE, V. T. Geomorfologia. ROCHA, I. O. (Org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina**: Fascículo 2 – Diversidade da Natureza. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2016.

APESC. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Acervo Iconográfico. **Vista aérea de parte da cidade de São Joaquim. Município de São Joaquim**. Disponível em: <http://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/null/5/1/c/51ce22476b20df800890bade59bd9e6c63cb7dc6e0a1660fa6935c5df09cfa16>. Acesso em: 18 mar. 2024.

APESC - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Festa Nacional da Maçã**. Disponível em: <http://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de->

santa-catarina/4/4/1/4417ef50b06f40ce2d06312088e07aa56a38b6c4fd6a373f51. Acesso em: 18 mar. 2024.

APESC. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Estrada Lauro Muller – Bom Jardim- Lugar do Rancho – Pedra Cortada**. Disponível em: http://10.111.13.113/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/e/5/7/e5717918bb192d71568fd335996fc84a955af32c44c5391634f411f43da2ddf0/b278126d-bf9f-4210-adba-de2bc2358ab9-58030-APESC_F7729_141.jpg. Acesso em: 18 mar. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 288p.

BASTOS, M. N. **O município de Lages no cenário econômico-industrial da Região Serrana de Santa Catarina**. 2011. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BIANCHINI, S. S. **Recordando São Joaquim**. Florianópolis: Ed. da Autora, 1986. 110p.

BORGES, N. O. **Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 16 abri. 2024.

BRASIL. **Confere ao Município de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Maçã**. Lei n.º 13.790, de 3 de janeiro de 2019. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13790.htm. Acesso em: 17 fev. 2024.

BROGNOLI, H. **Mapa da Fazenda do Socorro (1909) no século XXI na região da Vila de Lages (1765)**. 2024.

BROGNOLI, H. **Resgate Histórico de Manoel Cecilio Ribeiro**. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 74p.

CARVALHO, E. Z.; GAMBA FILHO, R. **Bom Jardim da Serra: um pouco de sua história**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 155p.

CARVALHO, M. M. X. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAZELLA, A. A.; BURIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 15, p. 05-30, 2008.

CHOLLEY, A. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 179 e 180, 1964.

- COMUNELLO, F. J. Os movimentos sociais e a produção de maçã agroecológica em São Joaquim, Santa Catarina, Brasil. Século XXI. **Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 190–225, 2014.
- CÓRDOVA, U. A.; SANTOS, A. P. Serranos, gente simples com campos nos olhos. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 5-6, 2023.
- DALLA VECCHIA, A. M. Elementos teóricos para uma perspectiva interpretativa: modo de produção, conhecimento histórico. **Estúdios Históricos**, v. 3, n. 6, p. 1-22, 2011.
- DANSEREAU, P. Leituras de paisagem: meus ecossistemas imaginários. **Francês Quebec**, v. 169, p. 34-36, 2013.
- DE MARTIN, M. S.; PETRI, J. L.; BRIGHENTI, A. F. A maçã ‘Fuji’ da região de São Joaquim tem potencial para uma indicação geográfica? **Agropecuária Catarinense**, v. 32, n. 3, p. 13–14, 2019.
- EHLKE, C. **A conquista do Planalto Catarinense (1. fase):** bandeirantes e tropeiros do 'Sertão de Curitiba'. Rio de Janeiro: Laudes, 1973. 193p.
- EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Dados e informações bibliográficas da Unidade de Planejamento Regional Litoral Sul Catarinense – UPR 8.** Florianópolis: 2001.
- EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Conheça as sete Indicações Geográficas de SC.** 2023. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2023/09/25/conheca-as-sete-indicacoes-geograficas-de-sc/>. Acesso em: 04 abr. 2024.
- ESPÍNDOLA, H. S. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In: NODARI, E. S.; KLUG, J. (Orgs.). **História ambiental e migrações.** São Leopoldo: Oikos, 2012
- FONTANELLA, S. O. **Conhecimento, educação e memória intercultural:** vestígios e representações dos Xokleng na comunidade do Rio do Rastro - Lauro Müller/SC. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2022.
- FUNES, E. História ambiental – possibilidades de novos olhares. In: NODARI, E. S.; CORREA, S. M. S. (Org.). **Migrações e natureza.** São Leopoldo: Oikos, 2013.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1980. 352p.
- GIL, C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2017. 200p.
- GOMES, L. C.; STEDILE NETO, R. A contribuição da cadeia produtiva da maçã na organização espacial de São Joaquim/SC. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS. 1., 2016. **Anais...** 2016.
- GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 473p.
- GOULARTI FILHO, A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** 2001. 401 f. Tese (Doutorado em economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 1-29, 2007.
- HERBERTS, A. L. **Arqueologia do Caminho das Tropas**: estudo das estruturas viárias entre os rios Pelotas e Canoas/SC. 2009. 540 f. Tese (Doutorado em História) – Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 18 mar. 2024.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto de Bom Jardim da Serra (2021)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/bom-jardim-da-serra/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/bom-jardim-da-serra/panorama>. Acesso em: 10 de março de 2024.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/bom-jardim-da-serra>. Acesso em: 17 de março de 2024.
- JUSTI, L. **O meio ambiente e o uso do solo na Serra do Rio do Rastro**. Criciúma, SC: Do autor, 2007. 54 f. Monografia (Especialização em Geografia com Ênfase em Estudos Regionais) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2007.
- KLANOVICZ, J. Toxicidade e produção de maçãs no sul do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 67-85, 2010.
- KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *Sellowia*, v. 12, n. 12, p. 17-44, 1960.
- LEÃO, F. C. **Estrutura Produtiva e Organizacional do Setor de Papel e Celulose no Estado de Santa Catarina**. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Ed anthropos, 1974. 520p.
- LEIRIA, B. B. B.; SILVA, J. G. S.; LADWIG, N. I. Turismo Rural Comunitário no Município de Lauro Müller, Santa Catarina: potencialidade para ecoturismo. **Geoconexões**, v. 3, n. 17, p. 97-119, 2024.
- LINO, J. T. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Erechim: Editora UFFS, 2015. p. 92-108.
- LUIZ, E. L. Geomorfologia. In: ROCHA, I. O. (Org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: Udesc, 2016. p. 95-108.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'EGA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MOREIRA, R. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**: Constituição e problemas de relação. São Paulo, Editora Contexto, 2011. 160p.

MORETTO, S. P.; NODARI, E. S. A crise do ciclo da madeira no Planalto Catarinense e suas implicações econômicas: o fim das serrarias e a transição para novos modelos produtivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

TEM - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados de Bom Jardim da Serra (CAGED)**. 2021. Painel de informações do Novo Caged. 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MTur. **Cartilha do Tour da Experiência**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

MTUR. Ministério do Turismo. **Dados e Fatos**. 2024. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>. Acesso em: 26 mai. 2022.

MTur. **Turismo rural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

NICOLADELLI, T. B.; SILVA, J. G. S.; MENEGASSO, J. D.; CAMPOS, J. B.; PREVE, M. L. S.; SUTIL, T.; CONTO, D.; ZOCHE, J. J. Muros de taipas de pedra no Parque Nacional de São Joaquim no município de Orleans/SC. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 36, n. 59, p. 254-269, 2023.

NICOLADELLI, T. B. **Turismo em Bom Jardim da Serra**: uma "tábua de salvação? 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NUNES, S. C. N.; Universidade Federal de Santa Catarina. **História e práxis cultural-educativa em São Joaquim, SC**. 2001. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ORTIGOZA, S. A. G. **Paisagem**: síntese das heranças da relação da sociedade com o espaço. São Paulo: UNIVESP, 2012.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991b. 284p.

PELUSO JÚNIOR, V. A. Paisagens catarinenses. In: **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991a. p. 67-83.

PEREIRA, R. M. F. do A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 99-129, 2003.

PEREIRA, R. M. F. A. Santa Catarina no contexto da Formação Socioespacial do Brasil Meridional: do período colonial ao início do século XX. In: MAMIGONIAN, A. (Org.). **Santa Catarina**: estudos e geografia econômica e social. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. p. 13-30.

- PERIN, E. B. **Pedras e caminhos: análise espacial das estruturas arqueológicas remanescentes dos caminhos de tropas no Planalto de Lages**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Lanejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- PIAZZA, W. F.; HÜBENER, L. M. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1983. 167p.
- POTTER, R. O.; CARVALHO, A. P.; FLORES, C. A.; BOGNOLO, I. **Solos do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2004. 726p.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. Santo André: Brasiliense, 1988. 364p.
- PREFEITURA DE BOM JARDIM DA SERRA. **Estrutura do CTG Presilha da Serra**. Secretaria de Turismo de Bom Jardim da Serra. 2022.
- PREFEITURA DE BOM JARDIM DA SERRA. **Mirante da Serra do Rio do Rastro no município de Bom Jardim da Serra/SC**. Secretaria de Turismo de Bom Jardim da Serra. 2022.
- PREFEITURA DE BOM JARDIM DA SERRA. **Ocorrência de neve na Rodovia SC - 390 entre a cidade de Bom Jardim da Serra e a Serra do Rio do Rastro**. Secretaria de Turismo de Bom Jardim da Serra. 2022.
- PREFEITURA DE BOM JARDIM DA SERRA. **Serra do Rio do Rastro (SC – 390) localizada nas Escarpas da Serra Geral entre os municípios de Bom Jardim da Serra e Lauro Muller**. Secretaria de Turismo de Bom Jardim da Serra. 2022.
- PUCHALSKI, A.; MANTOVANI, M.; REIS, M. S. Variação em populações naturais de *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze associada a condições edafo-climáticas. **Scientia Forestalis**, n. 70, p. 137-148, 2006.
- RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270p.
- SANJO. **História**. Disponível em: <http://sanjo.com.br/historia/>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia; ROCHA, I. O. (Org.). **Atlas geográfico de Santa Catarina: diversidade da natureza: fascículo 2**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2016.
- SANTOS, F. T. **A Casa do Planalto Catarinense: arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX**. Lages: Super Nova, 2015.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1990. 288p.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54. 1977.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 392p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Ed. Nobel, 1997. 88p.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 479, 2018.

SAUER, C. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.12-74.

SEBRAE/SC. **Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina: Bom Jardim da Serra**. Bom Jardim da Serra: SEBRAE/SC, 2019. 80p.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

THOMÉ, N. **Ciclo da Madeira: História da devastação da floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira em Caçador e na região do contestado no século XX**. Caçador: Imprensa Universal Gráfica e Editora, 1995, 210 p.

VICENZI, Renilda. Presença negra no planalto catarinense. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 54-67, 2012.

VIEIRA, M. G. E. D. Notas sobre a gênese das formações sócio-espaciais do Planalto Catarinense. In: MAMIGONIAN, A (Org.). **Santa Catarina: estudos de geografia econômica**. Florianópolis. 2011, p. 31-40.

ZARTH, P. A. Agricultura na floresta com araucária. In: NODARI, E. S.; CARVALHO, M. M. X.; ZARTH, P. A. (org.). **Fronteiras Fluidas: florestas com araucárias na América meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 113-133.

ZOCHE, J. J.; CAMPOS, J. B.; MATIAS, C. P. P.; SANTOS, M. C. P. A Contribuição das Vacarias para a Formação da Paisagem Cultural dos Campos de Cima da Serra no Sul do Brasil. In: ZOCHE, J. J.; CAMPOS, J. B.; ALMEIDA, N. J. O.; RICKEN, C. (Org.). **Arqueofauna e Paisagem**. Erechim: HABILIS press, 2014. p. 269-282.